



PREJULGADO DE TESE Nº 001, 15 de março de 2016.

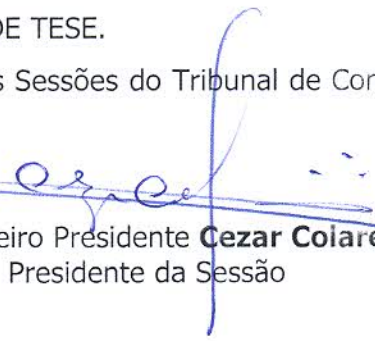
RESOLUÇÃO Nº 12.208


Processo nº 201602253-00

EMENTA: CONSULTA. AFASTAMENTO DE SERVIDOR PÚBLICO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE AUXÍLIO-DOENÇA. CONTAGEM DE TEMPO PARA EFEITO DE PROGRESSÃO FUNCIONAL, ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO, BEM COMO PARA TODOS OS OUTROS EFEITOS LEGAIS. PELA REGULARIDADE DA CONSULTA POR ATENDER O ART. 1º, XVI, DA LC Nº 084/2012.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA** formulada em tese, e respondida nos termos do **Art. 1º, inciso XVI, da LC nº 84/2012 do TCM**, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, à **unanimidade**, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão, Relatório, Voto e Resolução do Conselheiro Relator, às **fls. 08-12** dos autos, que passam a integrar esta decisão. Por força do previsto no Art. 302, do RI/TCM/PA a presente decisão constitui-se PREJULGADO DE TESE.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **15 de março de 2016.**


Conselheiro Presidente **Cezar Colares**
Presidente da Sessão


Conselheiro Corregedor **Daniel Lavareda**
Relator

Presentes: Conselheiros, Aloísio Chaves, José Carlos Araújo, Mara Lúcia, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão; Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, Maria Inez Gueiros.



Publicado no D.O.E. Nº 33.095
de 28/03/16 à pg. 75
do _____ Caderno.

08
UL

ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

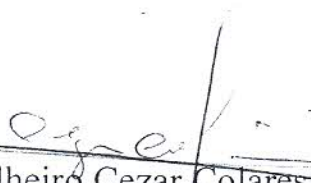
RESOLUÇÃO Nº 12.208

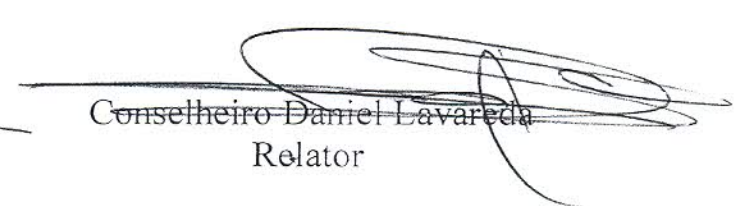
Processo : 201602253-00
Origem : Instituto de Previdência do Município de Castanhal
Assunto : Consulta
Responsável : Jorge Salles
Relator : Cons. Daniel Lavareda

EMENTA: IPM de Castanhal. Consulta referente se servidor de benefício previdenciário de auxílio-doença, faz jus a evolução na tabela salarial e na gratificação quinquenal de tempo de serviço. Pela regularidade da consulta por atender o art. 1º, XVI da LC nº 084/2012.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, de conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, que passam a integrar esta decisão, em adotar como resposta ao consulente o Parecer nº AF-136-CONS-DCAP, que em detalhamento explica que o tempo de afastamento, com recebimento de auxílio-doença, deverá ser contado para efeito de progressão funcional e para o adicional de tempo de serviço, bem como para todos os outros efeitos legais

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 15 de março de 2016.


Conselheiro Cezar Colares
Presidente da Sessão


Conselheiro Daniel Lavareda
Relator

Presentes: Conselheiros Aloísio Chaves, José Carlos, Mara Lúcia, Antônio José, Sérgio Leão e a Procuradora Maria Inez Gueiros.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO : 1 - 208
PROCESSO Nº : 201602253-00
ASSUNTO : CONSULTA
ÓRGÃO : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CASTANHAL
INTERESSADO : JORGES SALLES
INSTRUÇÃO : DCAP

RELATÓRIO

Jorge Salles, Presidente do Instituto de Previdência Municipal de Castanhal, encaminhou CONSULTA TÉCNICA (fls. 01) a esta Corte de Contas em 05.02.2016, com amparo no art. 1º, inciso XVI, da Lei Complementar nº 084/2012, onde suscita o seguinte questionamento:

“Servidor que se encontra em benefício previdenciário de auxílio-doença faz jus a evolução na tabela salarial (progressão funcional), assim como a evolução na gratificação quinquenal de tempo de serviço?”

Em conformidade com o art. 300, § 4º, do RITCM/PA (Ato nº 16/2013), determinei a DCAP a elaboração de análise técnica, com vistas a elaboração de parecer e juntada de eventuais precedentes desta Corte de Contas, que atendessem a solicitação sob análise, a qual foi tempestivamente elaborada e juntada aos autos, via Parecer nº AF-136-CONS-DCAP (fls. 04/06), que torno parte integrante do presente relatório:

PARECER

Cumpra ao Tribunal de Contas dos Municípios responder às consultas formuladas, em tese, pelos órgãos ou pessoas sujeitas à sua jurisdição acerca de matéria de sua competência, nos termos do art. 112 do Regimento Interno.

O consulente informa uma que há omissão na legislação local para resolução do tema, qual seja a obrigatoriedade pela Administração em considerar o tempo do servidor sob auxílio-doença para fins de progressão funcional e cômputo de adicional por tempo de serviço (ATS).

Entende-se que o consulente referiu-se ao auxílio-doença em modo reflexo à licença para tratamento de saúde, o que demanda pagamento daquela parcela.

O auxílio-doença é um benefício de cunho alimentar que após a Constituição de 1988 foi primeiramente disciplinado nos artigos 59 a 64 da Lei 8.213/91, visando assegurar proteção ao segurado quando sofrer um acidente ou estiver incapacitado para o exercício da atividade laborativa ou habitual e por motivo de doença. É um benefício temporário, em decorrência da incapacidade laborativa, e pago pela seguridade social. Segundo a lei federal, durante o período de gozo do auxílio-doença, o segurado empregado será considerado pelo empregador como licenciado (art. 63 da Lei n. 8.213/91 e art. 80 do Dec. n. 3.048/99).

A Lei n. 8.213/91, em seu art. 59, diz: “O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO : 1 - 208
PROCESSO Nº : 201602253-00
ASSUNTO : CONSULTA
ÓRGÃO : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CASTANHAL
INTERESSADO : JORGES SALLES
INSTRUÇÃO : DCAP

(quinze) dias consecutivos”.

No âmbito da Administração Pública, quanto ao tempo em que o servidor se encontra afastado de suas atividades e com recebimento de auxílio-doença, é mister compreender o significado do efetivo exercício, cujo ente municipal tem liberdade legiferante para sua conceitualização.

Em pesquisa aos arquivos desta DCAP, encontra-se a Lei Municipal nº 03, de 4 de fevereiro de 1999, que regulamenta no âmbito do Município de Castanhal o seu regime jurídico. A referida lei municipal, em seu Título III – Dos Direitos e Vantagens em Geral, Capítulo I – Do Tempo de Serviço, Art. 81, VII, preceitua:

Art. 81 – Para todos os efeitos legais, considera-se de efetivo exercício, os dias em que o servidor estiver afastado do exercício do serviço em virtude de:

[...]

VII- Licença especial a gestante, a tratamento de saúde e por doença em pessoa da família;

O artigo 317 do citado estatuto legal estabelece: “Considera-se licenciado pelo município o segurado que estiver percebendo auxílio doença”.

Vê-se, portanto, que a legislação de Castanhal consigna o mesmo conteúdo jurídico da editada pela União em 1991 e contempla o tempo de afastamento para tratamento de saúde para efeito de contagem de efetivo exercício.

Feitas essas considerações iniciais, trata-se de abordar o âmago da consulta, ou seja, o reflexo do tempo em que o servidor se encontrava licenciado na contagem para efeito de adicional por tempo de serviço e progressão funcional.

O art. 158 do Estatuto de Castanhal, Lei Municipal nº 03, de 04 de fevereiro de 1999, ao referir-se ao ATS, estabelece a forma de pagamento da gratificação (sic) por tempo de serviço, não restringindo ou excluindo o cômputo atinente à licença para tratamento de saúde e correspondente pagamento de auxílio-doença. O próprio período de licença para tratamento encontra-se disciplinado nos arts. 100 a 106 da citada Lei.

*No citado dispositivo, a única referência limitativa para o tempo de serviço a não ser considerado é aquele “que exceder o limite constitucional para aposentadoria” (§2º do art. 158). Logo, se a lei não restringe para os demais casos, não cabe ao intérprete fazê-lo (*Ubi lex non distinguit, nemo distinguere potest*), ainda mais quando se trata de direito fundamental vinculado à saúde e dignidade da pessoa humana.*

No LIVRO II da lei municipal de Castanhal, não se verifica qualquer condicionante para progressão funcional em relação ao tempo e forma de vínculo do servidor com a Administração, o que leva a concluir que o tempo a ser considerado é o de efetivo exercício e, como tal, nele está incluído o dispensado ao servidor sob licença para tratamento de saúde, a exemplo do art. 275.

*Com o mesmo raciocínio usado para o ATS e segundo o princípio isonômico, deve-se homenagem ao velho brocardo latino *Ubi eadem ratio, ibi eadem legis dispositio*, ou em vernáculo: onde existe a mesma razão fundamental, prevalece a mesma regra de Direito.*

Assim, demonstra-se que não ocorre omissão da legislação municipal sobre a matéria



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO : 1 - 2003
PROCESSO Nº : 201602253-00
ASSUNTO : CONSULTA
ÓRGÃO : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CASTANHAL
INTERESSADO : JORGES SALLES
INSTRUÇÃO : DCAP

consultada, embora necessite a lei multicitada de atualização e otimização de seu texto, a fim de torná-lo mais objetivo e adequado à Lei de Responsabilidade Fiscal e à inafastável saúde atuarial do regime próprio de previdência.
Concluindo, o tempo de afastamento do servidor público para tratamento de saúde, com recebimento de auxílio-doença, deverá ser contado para efeito de progressão funcional e para o adicional de tempo de serviço, bem como para todos os outros efeitos legais.

É o parecer, S. M. J.

Belém, 7 de março de 2016.

ANTONIO ARMANDO BARRAU FASCIO NETO
Analista de Controle Externo - Matrícula 500000793
Chefe da DCAP/TCM-PA

É o relatório.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO : 1 - 200
PROCESSO Nº : 201602253-00
ASSUNTO : CONSULTA
ÓRGÃO : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CASTANHAL
INTERESSADO : JORGES SALLES
INSTRUÇÃO : DCAP

VOTO

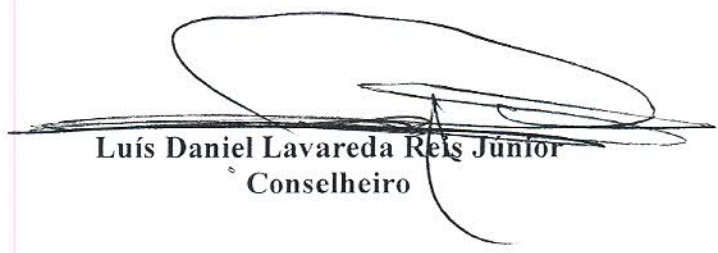
Preliminarmente, cumpre analisar a regularidade da presente consulta, integral a qual se confirma, dado o atendimento integral das formalidades insculpidas no artigo 1º, inciso XVI, da LC nº 084/2012, tendo sido formulada em tese por autoridade competente e suscitada em dúvida na aplicação de dispositivos legais, de competência fiscalizatória deste TCM-PA, pelo que passo a análise de mérito da mesma, tal como interposta.

Acompanho, na integralidade e adoto como resposta ao consulente o **Parecer nº AF-136-CONS-DCAP**, elaborado pelo órgão técnico deste TCM/PA, trazendo, ainda, com vistas à formulação de uma resposta mais didática ao jurisdicionado, o seguinte detalhamento:

- Que o tempo de afastamento do servidor público para tratamento de saúde, com recebimento de auxílio-doença, deverá ser contado para efeito de progressão funcional e para o adicional de tempo de serviço, bem como para todos os outros efeitos legais.

Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.

Belém, 15 de março de 2016.


Luís Daniel Lavareda Reis Júnior
Conselheiro